

A polêmica revisitada: Regionalismo e Modernismo¹

Moema Selma D'Andrea

*Veio para ressuscitar o tempo
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas
Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.*

Carlos Drummond de Andrade (“*O Historiador*”)

RESUMO: A intenção é de analisar os pontos de antagonismo, e também, os de contato, entre os dois grandes formuladores da plataforma intelectual do país na década de vinte: Gilberto Freyre e Mário de Andrade. A década de vinte representa para a memória do país um dos momentos mais ricos de sua história. Tínhamos finalmente nos firmado como nação independente e ensaiávamos o nosso balé no grande palco da Belle Époque, conscientes de nossa modernidade. Portanto, em vez de falarmos de modernidade, poderemos perfeitamente falar de modernidades brasileiras, tomando como paradigma a modernidade europeia, da qual derivávamos e a qual poderia ser entendida em sua relativa homogeneidade.

Palavras-chave: modernismo, Freyre, Mário de Andrade, modernidade.

O poema de Carlos Drummond de Andrade, como epígrafe a este trabalho, está no centro de minhas preocupações ao discutir (mais uma vez) as relações ambíguas entre o Regionalismo nordestino e o Modernismo paulista. O que significa que Arte e Vida (ou História) se entrecruzam em suas várias instâncias, reservando-se à arte sua especificidade estética, regida por leis próprias – que, todavia, não a exime de seu contar e com a realidade. Como sabemos, Carlos Drummond se distingue como um dos poetas brasileiros que mais tensionou, em seus poemas, as relações culturais e sociais de nosso país. Sabendo-se importuno, rancoroso e fiel, ele insiste em transformar em grânulo poético o dado histórico que se deposita no poço vazio da memória histórico-cultural.

Assim, voltar a discutir as relações que aqui se estabeleceram na década de vinte entre o Regionalismo e o Modernismo é, de certo modo, insistir na tentativa de compreender o solo histórico que alimentou os dois movimentos estético-culturais, aparentemente em rota de colisão². A intenção é a de analisar os pontos

¹ Texto publicado originalmente em “Estudos de Sociologia,” Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 1 (1), pp. 53-62, 1995. A republicação na Caetana se justifica por duas razões: 1. Nesse primeiro número, presta-se homenagem à professora Moema Selma D'Andrea, pela sua contribuição acadêmica para os estudos literários, especialmente no âmbito do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras, ambos da UFPB; 2. A relevância das reflexões da professora sobre as tensões entre o Regionalismo do Nordeste e o Modernismo Paulista nas primeiras décadas do século XX responde à intenção primeira da Caetana, que era a de entrar na cena acadêmica em sintonia com as comemorações do centenário do Modernismo Brasileiro.

² Em trabalho anterior – A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista, Campinas, Editora da UNICAMP, 1992 -, abordo a concepção

de antagonismo, e também os de contato, entre os dois grandes formuladores da plataforma intelectual do país, na década de vinte: o sociólogo pernambucano e Mário de Andrade.

Há quase setenta anos atrás, Gilberto Freyre - líder do Regionalismo nordestino - formula uma de suas teses sobre a supremacia cultural do Nordeste, do ponto de vista da sociedade patriarcal, polida e civilizada em sua concepção de regionalismo-tradicionalista e, a seu modo, modernista. Curiosamente, a supremacia da cultura nordestina vem justificada por razões econômicas, ditadas pela prática “heterodoxa” das novas relações de capital e trabalho, postas em andamento pela burguesia de São Paulo na década de vinte. É que, ao adotar a prática da imigração, substituindo o trabalho escravo, a oligarquia cafeeira estaria dando o tiro de misericórdia no prestígio patriarcal do seu reduto, segundo o entendimento do autor: “Em São Paulo, os plantadores tiveram onde fazer fincapé contra a violência de 1888. [...] Antecipando a abolição do trabalho escravo, desde 1886 se atirara o ministro Prado à introdução de imigrantes no Sul”³.

Por outro lado, e a bem de nossas tradições colonizadoras, ainda segundo Gilberto Freyre, a derrocada econômica do Nordeste resguarda, em contrapartida, o prestígio cultural das relações coloniais e a tutela da identidade nacional: “Mesmo com as fundas alterações sofridas na ordem social e que o separam tanto do seu passado, continua o Nordeste a parte mais brasileira do Brasil; a mais característica”⁴.

O discurso tradicionalista de Gilberto Freyre não chega a ser novidade. No entanto, devido ao seu brilho intelectual, à simpática retórica de seus argumentos conservadores e à inegável contribuição que ele deu à pesquisa, através do detalhe miúdo do cotidiano de nossa sociedade escravocrata, a crítica muitas vezes se sentiu desconfortável e tolhida diante do reconhecimento geral de sua obra⁵. De 1945 para cá, com o avanço do pensamento crítico - que o malogro da modernização se incumbira de formar⁶ - e com a disciplina dos trabalhos acadêmicos, tornou-se possível uma outra leitura dos inúmeros caminhos apontados por *Casa Grande & Senzala*. *Gilberto Freyre conservou-se, até o fim, o mesmo intelectual do início, apesar dos lances transformistas que desmontaram, em grande parte, o prestígio do mundo colonial*⁷. Assim, foi extremamente coerente com sua classe social e sua formação de “aristocrata” nordestino.

De qualquer maneira, o Nordeste da década de vinte deve muito de sua matriz ideológica - reatualizada - ao modelo de intelectual tradicional do autor⁸ de Sobrados e Mocambos. Como bom culturalista, Gilberto Freyre pôde corresponder à angústia da oligarquia açucareira, dando-lhe em troca uma representação bem elaborada de hegemonia cultural e de sociedade harmoniosa no convívio das classes, descartando os entraves da estrutura social. Além do que, seu modelo de sociedade escravocrata e pós-escravocrata, sem tensões, era uma alternativa confortável a ser aceita - fora dos limites nordestinos - pela nova estrutura do poder. Assim, de um lado ele confirmava o prestígio cultural da oligarquia açucareira e, por outro, realinhava o poder patriarcal à nova ordem industrial, mediante a exclusão das tensões que indicariam os desconfortos dos ajustes feitos por cima.

regionalista do autor pernambucano e suas concepções norteadoras do patriarcalismo açucareiro, bem como suas diretrizes para a feitura da literatura regionalista, expostas em seu *Manifesto Regionalista*.

3 FREYRE, Gilberto. “Vida social no Nordeste: aspecto de um século de transição.” In: *Livro do Nordeste*, p. 90 (grifos nossos).

4 Idem, ibidem, p. 91. Raciocínio semelhante encontramos em Sílvio Romero: “Durante os tempos coloniais, a hábil política de segregação, afastando-nos dos estrangeiros, manteve-nos um certo espírito de coesão. Por isso tivemos Basílio, Durão, Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Claudio e Silva Alvarenga, que se moveram num meio de ideias puramente portuguesas e brasileiras”. Apud Roberto Schwarz “Nacional por subtração”, In: *Que horas são?*, p. 39.

5 Cf Carlos G. Mota. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 3. ed., São Paulo, Ática, 1977, p. 30. Cf também Antonio Cândido, “Significado de Raízes do Brasil”, Prefácio a *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, 12. ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1978.

6 Refiro-me à euforia de país “redescoberto” que contaminou a década de vinte, influindo nos ânimos dos modernistas do Centro-Sul do país. Carlos Guilherme Mota atribui ao golpe sofrido por setores da classe dominante, em 1930, a necessidade de uma revisão interpretativa por parte da intelectualidade. Cf. Op. cit., p. 63.

7 “Essa ‘geração’ [...] carrega consigo um certo sentido de mando, as marcas da distinção e do prestígio, uma visão senhorial do mundo, suavizada pelas condições gerais de vida criadas na esteira das transformações sociais e políticas com foco na crise de 1930.” Op. cit., p. 54.

8 Refiro-me à capacidade intelectual de Gilberto Freyre em reorganizar a tradição através de um discurso que se adapte às novas mudanças. Gramsci diz que a formação dos intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. No caso da velha classe territorial inglesa, esta “perde a supremacia econômica mas conserva por muito tempo uma supremacia político-intelectual, sendo assimilada como ‘intelectuais tradicionais’ e como estrato dirigente pelo novo grupo que ocupa o poder.” GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 17.

A ausência de uma revisão crítica, em Gilberto Freyre, contempla as constantes farpas que lança ao Modernismo paulista. Mesmo sendo um intelectual de tantos recursos, ele não consegue dissimular que seu ponto de partida e chegada gira em torno das perdas do patriarcalismo nordestino. Desse ponto não arreda pé, a não ser para alimentar a nostalgia colonial⁹. Na condição de principal ideólogo e articulador desse neorregionalismo, a Gilberto Freyre não faltou criatividade na reformulação do antigo ideário: o “Movimento Tradicionalista e, a seu modo, Modernista” concilia a tradição com a modernidade, de maneira ao mesmo tempo precavida e galante. Não esquecer que os dois termos, postos vis-à-vis, não se eximem da polaridade que seu autor abriga em relação ao Modernismo de 22. É exemplar, neste sentido, o confronto entre os dois movimentos:

Daí ser impossível traçar-se a história dessa cultura, nos últimos decênios, sem se dar atenção especial àquele movimento. Regionalismo tradicionalista a seu modo modernista: mas de todo independente do ‘Modernismo’ Rio-São Paulo, do qual tanto se fala, às vezes esquecendo-se esse outro movimento da mesma época, saído do Recife e o seu chamado ‘Manifesto Regionalista’, apresentado – como pronunciamento que definisse suas orientações – ao Congresso Regionalista organizado no Recife em 1926¹⁰.

Em outra ocasião, falando sobre o jornal *A Província*, do qual era o editor do momento, Freyre dá um passo adiante, nomeando as pessoas que incomodavam o Regionalismo Tradicionalista:

Todo o meu empenho é fazer d’*A Província* um jornal diferente dos outros e fiel à sua condição de jornal de província. Autêntico, Honesto. Com a colaboração de alguns dos melhores talentos do Rio e de São Paulo. Mário de Andrade não me interessa: de modo notável, está sendo um admirável renovador de artes e letras brasileiras, mas é artificial em muita coisa. Artificial demais. Oswald de Andrade, também, embora bem mais inteligente e autêntico que Mário. Já tenho assegurada a colaboração de Manuel Bandeira e de Prudente de Moraes Neto: os dois ‘modernistas’ da minha mais pura admiração¹¹.

Em sintonia com o sociólogo pernambucano, José Lins do Rego engrossa o coro dos regionalistas à sua maneira espontânea e destemperada:

Havia nessa época o movimento modernista de São Paulo. Gilberto criticava a campanha como se fosse de outra geração. O rumor da Semana da (*sic*) Arte Moderna lhe parecia muito de movimento de comédia, sem importância real. O Brasil não precisava do dinamismo de Graça Aranha, e nem da gritaria dos rapazes do Sul; o Brasil precisava era de se olhar, de se apalpar, de ir às suas fontes de vida, às profundidades de sua consciência. Nesse sentido o regionalismo do Congresso do Recife merecia que se propagasse por todo o Brasil, porque é essencialmente revelador e vitalizador do caráter brasileiro e da personalidade humana. Com um regionalismo desses é que poderemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira¹².

9 “Francisco do Rego Barros queria reintegrar o Recife no seu natural destino de cidade dos senhores de engenho do Nordeste; de cidade faustosa; de centro de cultura e seleção social. Procurando animar a cidade de notas festivas – teatro lírico, corridas de cavalo, danças – seu fito era evitar o ‘depreciamento da vida social’. ‘Ele acreditava – diz-nos Nabuco – que fazendo do Recife uma bela cidade, a sociedade pernambucana, os ricos senhores de engenho e seus filhos se afeiçoariam da província, o que era causa, em todo país, do depreciamento da vida social’”. FREYRE, Gilberto. Op. cit., p. 77.

10 FREYRE, Gilberto. Comunicação ao Conselho Federal de Cultura (1976). Incluído como prefácio ao Manifesto Regionalista, na edição de 1976. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, p. 15.

11 FREYRE, Gilberto. *Tempo Morto e Outros Tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930)*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1975, p. 253-254.

12 REGO, José Lins do. “Gilberto Freyre”. In: Gordos e Magros: ensaios. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1942, p. 116.

É possível perceber – no novo discurso regionalista – além do saudosismo e do confronto, um tópico que andava na boca e na cabeça da intelligentsia brasileira daquela época: a busca da identidade nacional, um nacionalismo que ocupava tanto as camadas da burguesia mais cosmopolita – preocupada com um projeto de modernidade – como a oligarquia provinciana, de economia em declínio. E neste terreno, o Regionalismo disputava ao Modernismo uma plataforma, ou modelo, daquilo que seria a modernidade para o país, através do dado cultural e literário¹³.

A consciência de “país novo”¹⁴ que se impusera principalmente desde o Romantismo, abre-se na segunda década deste século em mais uma florada nacionalista. Este empenho vai desaguar em dois macroprojetos aparentemente contraditórios: o nacionalismo luso-tropical do ideário freyreano e o nacionalismo da burguesia industrial, conferido para um progresso *sui generis*¹⁵: isso a grosso modo e sem esquecer a sinuosidade das classes dominantes, ao norte e ao sul. Assim, por entre as brechas do projeto nacionalista para a modernidade brasileira arrebenta – na expressão de Mário de Andrade – o Modernismo de 22¹⁶. No terreno da cultura e da literatura, o Modernismo surge como forma de um pensamento radical, que inicia uma nova era de formulações para as artes e mesmo uma nova conduta no plano social e político. Ou nas palavras de Mário de Andrade: “uma remodelação da inteligência nacional”.

Uma das maneiras mais bem acabadas de se entender o tão intrigante e estudado Modernismo Brasileiro, julgo ser ainda o exame feito por Mário de Andrade, no texto de 1942, “O movimento modernista”. Naquele momento, o projeto modernista completava vinte anos e muita água havia passado pelo monjolo nacional, motivando no intelectual paulista uma tomada de consciência bastante honesta.

Revisão crítica de todo o programa do grupo ligado à Semana de Arte Moderna, ressaltando seus pontos positivos e, principalmente os contraditórios ou “abstencionistas”, o texto vincula-se ao momento de crise do Estado Novo e ao descrédito da euforia nacionalista, já encaminhada para o reconhecimento efetivo de país subdesenvolvido. A este respeito, diz Antonio Cândido que a consciência do subdesenvolvimento é posterior à Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos de 1950. Mas desde o decênio de 1930 tinha havido mudança de orientação, sobretudo na ficção regionalista, que pode ser tomada como termômetro, dadas a sua generalidade e persistência. Ela abandona, então, a amenidade e *curiosidade, pressentindo ou percebendo o que havia de mascaraamento no encanto pitoresco, ou no cavalheirismo ornamental, com que antes se abordava o homem rústico*. Não é falso dizer que, sob este aspecto, o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos¹⁷.

Na sua infatigável busca de uma interpretação contemporânea da realidade brasileira, Mário de Andrade foi coerente com sua atuação intelectual e, notadamente, com o princípio de “atualização da inteligência brasileira”: “Com efeito: não se deve confundir isso com a liberdade da pesquisa estética, pois esta lida com formas, com a técnica e as representações da beleza, ao passo que a arte é mais larga e complexa que isso, e tem uma funcionalidade imediata social. É uma profissão e uma força interessada na vida.”¹⁸

13 “Para os modernistas e os intelectuais de 30, o destino das culturas tradicional e popular havia sido uma questão nacional, figurando na ordem do dia e dizendo respeito à feição futura do país. Observem-se os manifestos de Oswald, que meio na piada jogam com a visão de um caminho de progresso *sui generis*, onde os lados simpáticos de nossa informalidade pré-burguesa – devido à herança colonial – se combinaram sem sacrifício à experimentação técnica e libertária da arte de vanguarda, criando um exemplo revolucionário para o mundo, uma sociedade ao mesmo tempo espontânea e avançada, isenta dos males da civilização do presente.” SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 36, 1993, p. 13.

14 CANDIDO, Antonio. “O nacionalismo literário”, In: *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte: São Paulo / Itatiaia: EDUSP, 1975, vol. II.

15 “O regionalismo, enquanto ideologia (...) não ocorre necessariamente em detrimento ou contraposição a projeto nacional. Afinal, as diversas oligarquias propunham, e propõem, na luta política, uma perspectiva nacional. E nesse sentido não será de estranhar que seus filhos produzissem, e ainda produzam, obras em que se vê aprimorada a noção de ‘cultura nacional’. Um projeto nacionalista não veicula necessariamente visões não-oligárquicas.” Carlos G. Mota, Op. cit., p. 13.

16 ANDRADE, Mário de. “O movimento modernista”, *Aspectos da Literatura Brasileira*. 5. ed. São Paulo, Martins, 1974.

17 CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”, In: *Educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1987, p. 142.

18 ANDRADE, Mário de. “O movimento modernista”, Op. cit., p. 251-252.

O texto é dialético na medida em que não opõe, simplesmente, a tradição à modernidade, *mas expõe os aspectos conciliadores de uma tradição “aristocratizante”* com o progressismo da plataforma nacionalista – moderna.

Junto disso, o movimento modernista era nitidamente aristocrático. Pelo seu caráter de jogo arriscado, pelo seu espírito aventureiro, pelo seu nacionalismo embrabecido; pela sua gratuidade antipopular, pelo seu dogmatismo prepotente, era uma aristocracia de espírito.¹⁹

Portanto, a aristocracia – seja de espírito, ou seja de estirpe – é um ponto de acordo na divergência de Gilberto Freyre com o modernista Mário. A divergência reside na escolha do modelo aristocrático: Gilberto Freyre abraça a “aristocracia improvisada do Império” ligada ao português, mais ao lado do “império de plantadores de cana”²⁰ e a de Mário abriga a aventura bandeirante (mameluca) dos paulistas quatrocentões²¹. E sobre a acusação da artificialidade de Mário e Oswald, por parte do líder regionalista, a resposta do primeiro contempla os principais pontos da crítica: “Quanto a dizer que éramos, os de São Paulo, uns antinacionalistas, uns antiradicacionistas europeizados, creio ser falta de sutileza crítica. É esquecer todo o movimento regionalista aberto justamente em São Paulo e imediatamente antes, pela ‘Revista do Brasil’; é esquecer todo movimento editorial de Monteiro Lobato; é esquecer a arquitetura e até o urbanismo (Dubugras) neocolonial, nascidos em São Paulo. Desta ética estávamos impregnados.” (Op. cit., p. 235).

De fato, o Modernismo propôs uma síntese conciliatória entre nosso arcaísmo “residual” e as novas formas de progresso engendrada pelo “desenvolvimento desigual e combinado do capital” (Trotski) a que estava destinada a nossa modernidade²². Neste capítulo, o Modernismo confina com o Regionalismo pelo gosto à tradição: “Só em certas ocasiões especiais, no salão moderno, construído nos jardins do solar (dos Guedes Penteado) e decorado por Lasar Segall, o grupo se tornava mais coeso. *Também aí o culto da tradição era firme, dentro do maior modernismo.* A cozinha, de cunho afro-brasileiro, aparecia em almoços e jantares perfeitíssimos de composição. [...] Salões, festivais, bailes célebres, semanas passadas em grupo nas fazendas opulentas, semanas-santas pelas cidades velhas de Minas, viagens pelo Amazonas, pelo Nordeste, chegadas à Bahia, passeios constantes ao passado paulista, Sorocaba, Parnaíba, Itu. [...] Doutrinários, na ebriez de mil e uma teorias, salvando o Brasil, inventando o mundo, na verdade tudo consumimos, e a nós mesmos, no cultivo amargo, quase delirante do prazer” (“O Movimento Modernista”, p. 239-241, grifos meus).

Do lado do Regionalismo, Gilberto Freyre lamenta, em seu Manifesto, o descaso por essa tradição – especialmente a culinária – na vida do nordestino. “Já quase não há casa, neste decadente Nordeste de usineiros e novos-ricos, onde aos dias de jejum se sucedam, como antigamente, vastas ceias de peixe de coco, de fritada de guaiamum, de pitu ou de camarão, de cascós de caranguejo e empadas de siri preparadas

19 Idem, ibidem, p. 236.

20 “As ‘Bandeiras’ ninguém ousa lhes diminuir o valor no sentido da extensão da colônia portuguesa na América: do seu prolongamento para o Oeste, para o extremo Sul, para o Norte. Mas esse transbordamento – já mais de mameluco do que de português, teria sido vão e todo no raso – tão no raso que não criaria tipo nenhum de casa – se em torno dos engenhos de açúcar, nas manchas de terra de massapé, não se concentrassem, desde o século XVI, as energias criadoras do agricultor de cana, da senhora de engenho, da mãe-preta, do negro, do cabra da bagaceira. Aí é que se aprofundaram as raízes agrárias que tornaram possível o desenvolvimento rápido de simples colônia de plantação em império de plantadores de cana, com os senhores de engenho elevados a barões, viscondes, marqueses, senadores, ministros, conselheiros: os títulos, quase todos, nomes de engenho. [...] E defendendo seus canaviais, seus rios, suas terras de massapé, começaram a sentir que estavam defendendo o Brasil.” FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 3. ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1961.

21 “Paulo Prado, ao mesmo tempo que um dos expoentes da aristocracia intelectual paulista era uma das figuras principais de nossa aristocracia tradicional. Não da aristocracia do Império, mas da outra mais antiga, justificada no trabalho secular da terra e oriunda de qualquer salteador europeu, que o critério monárquico do Deus-Rei já amancebara com a genealogia.” ANDRADE, Mário de, op. cit., p. 336-337.

22 Exemplar, neste sentido, é o percurso poético de Joaquim Cardozo e principalmente seus poemas que datam de 1925 a 1935. Sua poesia dá sentido a uma outra perspectiva de nossa modernidade, constituindo-se uma via alternativa entre princípios estéticos e socioculturais do Regionalismo e do Modernismo. Em tese de Doutorado para a UNICAMP, com o título A cidade poética de Joaquim Cardozo: elegia de uma modernidade, traço o percurso desta modernidade e diferenciada, cuja prática os seus poemas apontam.

com pimenta. Já quase não há casa em que dia de aniversário na família os doces e bolos sejam todos feitos em casa pelas sinhás e pelas negras: cada doce mais gostoso que o outro.” O lamento de Gilberto Freyre atinge até a importância dos quitutes no plano estético: “Quase não se vê conto ou romance em que apareçam doces e bolos tradicionais como nos romances de Alencar.” (p. 71).

No entanto, a essa altura, Mário de Andrade se mostra consciente das transformações que o modelo econômico contraditório – imposto pelo capital – produziu nas relações sociais (e, consequentemente, culturais) de São Paulo. A consciência desse processo é, no entanto, limitada, não dando conta da ambiguidade no acasalamento de uma economia colonial-escravagista com uma economia capitalista-mercantilista.

*Assim, na visão de Mário, essa unidade de base capitalista toma a forma de uma dualidade²³: a dialética do cosmopolitismo vs. provincianismo e da interpenetração do rural com o urbano, produzindo estados de espírito e de comportamentos diferenciados entre os dois maiores centros: Rio e São Paulo. O modelo cosmopolita da burguesia internacional, que frequentou a nossa *Belle Époque*, entronca-se, em São Paulo, com a industrialização, fermentando um “contato mais espiritual e mais técnico com a atualidade do mundo” (Op. cit. P. 236). No Rio, o internacionalismo era, caracteristicamente, de comportamento exterior – ou modismo bem apanhado – conservando na sua essência o caráter “exótico” de suas tradições, aliás o mesmo traço visível em capitais do Norte e do Nordeste.*

O Rio é dessas cidades em que não só permanece indissolúvel o ‘exotismo’ nacional (o que aliás é prova de vitalidade de seu caráter), mas a interpretação do rural com o urbano. Coisa já impossível de se perceber em São Paulo. Como Belém, o Recife, a Cidade de Salvador; o Rio ainda é uma cidade folclórica. E São Paulo o exotismo folclórico não frequenta a rua Quinze, que nem os sambas que nascem nas caixas de fósforo do Bar Nacional. (Op. cit. p. 236).

Consequentemente, segundo Mário, a radicalidade das vanguardas europeias encontraria guarida no Modernismo paulista porque “sendo fruto necessário da economia do café e do industrialismo”, possuía o espírito moderno daquele momento. Acompanhemos o raciocínio do autor de *Paulicéia desvairada: querendo confirmar uma regra (ou tendência econômica) ele termina por apontar uma exceção ou contradição; ou seja, o fato de o Movimento Modernista não ser bem recebido pela burguesia representativa do industrialismo nascente, justamente aquele que propiciava as iniciativas modernizadoras, inclusive no campo da arte*²⁴. Sendo assim, o “espírito moderno” que adviria desta modernização industrial estaria sendo avalizado pela aristocracia paulista – “decadente”; “A aristocracia tradicional nos deu mão forte, pondo em evidência mais essa germinação de destino – também ela já então autofagicamente destruidora, por não ter mais uma significação legitimável.”

Seguindo-se o raciocínio de Gilberto Freyre, o pragmatismo da oligarquia paulista de 1886 preparou o caminho reformista que contornaria os efeitos da “violência da abolição”, encontrando, ao mesmo tempo, uma alternativa para o bem-estar produtivo da economia rural. Mas Mário de Andrade refuta este raciocínio ao dizer que a “aristocracia” paulista não teria mais “uma significação legitimável”. O que se pergunta é: até que ponto a classe cafeeira – na crista do sucesso econômico (a crise viria na década seguinte) – ficaria fora

²³ A respeito dessa interpretação dual de nossa sociedade, conferir o trabalho analítico de Paulo Eduardo Arantes sobre as várias teorias sociais que foram produzidas no Brasil a partir de 1930, culminando com os estudos produzidos na USP com a teoria da dependência: Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Cândido e Roberto Schwarz, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

²⁴ “E, socialmente falando, o modernismo só podia mesmo ser importado por São Paulo e arrebentar na província. Havia uma diferença grande, já agora menos sensível, entre Rio e São Paulo. O Rio era muito mais internacional como norma de vida exterior. Está claro: porto de mar, capital do país, o Rio possui um internacionalismo ingênuo. São Paulo era espiritualmente muito mais moderna porém, fruto necessário da economia do café e do industrialismo consequente. Caipira de serra-acima, conservando até agora um espírito provinciano servil, bem denunciado pela sua política, São Paulo estava ao mesmo tempo, pela sua atualidade comercial e sua industrialização, em contato mais espiritual e mais técnico com a atualidade do mundo.” Op. cit., p. 236.

das relações do capitalismo internacional e da alta burguesia industrial de São Paulo?

Na linha deste questionamento, Carlos Eduardo Bemel – citado por Roberto Schwarz – “liga o nacionalismo de 22 ao setor da oligarquia cafeeira que, além de plantar, buscou disputar aos capitais imperialistas a área de comercialização, que era a mais rendosa do momento.”²⁵ Continuando a analisar essas implicações, Schwarz levanta alguns pontos que colidem com a ideia de uma “aristocracia” em declínio, a qual busca, na área artística, espaços onde exercer o domínio no terreno do simbólico:

O argumento (de Berriel) vai além da conhecida proximidade entre os Modernistas e algumas famílias de grandes fazendeiros: sugere uma certa homologia entre a estética de Mário e a experiência acumulada de uma classe que a) se movia com pontos de vista próprios no campo dos grandes interesses internacionais (o café chegou a ser o maior artigo de comércio internacional do mundo); b) combinada à sua indisputável atualização cosmopolita o conservadorismo no âmbito doméstico, já que a persistência da monocultura de exportação, com as relações de trabalho correspondentes, era a sua base de eminência nacional e participação internacional; c) encarava a ‘vocação agrícola’ do país como um elemento de progresso e contemporaneidade, a que as demais manifestações modernizantes se deveriam e poderiam subordinar harmoniosamente; e d) planava muito acima do conservadorismo defensivo e xucro do restante da riqueza do país. (SCHWARZ, Roberto. Op. cit. p. 12).

Como se vê, o texto de Mário de Andrade traz em si a dialética daqueles tempos, ou a contradição básica dos intelectuais, forrados por uma educação primorosa (é o caso de Paulo Prado, Oswald de Andrade, Gilberto Freyre e do próprio Mário) mas que buscavam apenas nas manifestações culturais e no arranjo estético a solução, “espiritualmente” moderna, para os desconchavos arcaizantes do país (veja-se nesse sentido o caso do folclore e da arte popular ou primitiva, muitas vezes percebida como modismo gratuito).

Mário de Andrade depõe a seu favor ao rever, de maneira crítica, os deslizes somados àqueles tempos: “Meu aristocracismo me puniu. Minhas intenções me enganaram. [...] Deveríamos ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso, de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está. Em vez: fomos quebrar vidros de janelas, discutir modas de passeio, ou cutucar os valores eternos, ou saciar nossa curiosidade de cultura.” (Op. cit., p. 252-253).

Assim, mais uma vez, tenta-se entender o processo social que engendrou as principais discussões sobre a nossa cultura e a nossa literatura na década de vinte e seguintes. O tradicionalista Gilberto Freyre e o modernista Mário de Andrade, descontados os rótulos, contribuíram de maneira decisiva para a interpretação do país, principalmente ao deixarem aflorar as contradições, que, estas sim, eram uma realidade sem a justa forma. De lá para cá – quase setenta anos passados – a análise dos fatos não permite apenas o confronto entre oligarquias ao norte e ao sul, entre intelectuais tradicionais e progressistas etc. Pulando para o processo desenvolvimentista de 64, as contradições carreadas pela modernidade brasileira tornaram-se mais agudas. Segundo Roberto Schwarz, “a locomotiva do progresso partiu, a modernidade assumiu formas não canônicas, o país continua inconfundível, longe da temida descaracterização, e entretanto as expectativas de progresso social ligadas a estas evoluções fizeram água. Os pobres foram ‘liberados’ da condição colonial, mas nem por isto a maioria chegou proletária, inscrita no universo do salário, da cidadania e das letras, embora todos se tenham tornado consumidores, mais ou menos imaginários.” Vale a pena conferir.

²⁵ SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?*: ensaios, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 22. Ainda sobre a contradição dos patriarcas do Café, Paulo Eduardo Arantes fala das conclusões a que chegou Maria Sylvia de Carvalho Franco em seu livro *Homens livres na ordem escravocrata*: “Maria Sylvia irá se inspirar no retrato weberiano dos nossos potentados do café, raça dura, industriosa e frugal, tomada pela compulsão do lucro, alheia ao consumo supérfluo e aos vagares de lazer fidalgo: sob o tipo clássico do latifundiário aristocrata, fará emergir o chefe de empresa impessoal e sua vontade inteireira de aquisição econômica.” Op. cit., p. 69.